

5

Conclusão

O trabalho teve origem em duas grandes propostas: a primeira delas foi fazer uma leitura das teorias feministas e do movimento feminista utilizando os recursos elaborados por Antonio Negri, no intuito de avaliar essa expressão peculiar do poder constituinte e seu desenvolvimento em relação ao objetivo de liberação da mulher; a segunda foi promover um encontro entre as teorias de Judith Butler, Antonio Negri e Michael Hardt, aproveitando a referência feita pelos dois últimos à primeira, ao reconhecer os atos performativos como forma de ação da multidão.

Essas propostas necessariamente iriam se cruzar, pois enquanto uma parte era dedicada à percepção do processo revolucionário desencadeado pelo feminismo, bem como às armadilhas impostas a ele para impedir esses avanços, a outra pretendia também analisar os motivos que levavam o feminismo a ceder e a sucumbir ao longo de sua história diante do poder constituído e apontar qual a solução para o problema. Dessa forma, percebe-se que o apelo à identidade não seria a forma de luta mais adequada. Tal constatação não é muito fácil de ser absorvida, pois em regra o discurso identitário pode atender às necessidades, pelo menos a princípio, dos movimentos de minorias. Ele é utilizado como um grande fator que vincula um grupo de pessoas a uma determinada causa.

Por esse motivo, Negri e Hardt não deixam de considerar a especial importância que a identidade teve, e continua tendo, para Estados que sofrem com determinadas opressões estrangeiras, em um confronto entre uma cultura hegemônica e uma cultura desconsiderada. Porém, como bem ressaltam os autores, nessas hipóteses, geralmente quando são observadas as condições internas daqueles Estados, a mesma estratégia de domínio estrangeira é adotada pelo poder que ali se reproduz para conseguir forjar uma união e combater o poder que vem de fora. Nesse sentido, o sistema interno daquele Estado é tão excludente quanto o externo, provocando a criação do Outro, ou dos Outros, em seu âmbito de incidência. A identidade é igualmente criada para moldar e regular os corpos, além de segregar aqueles que não conseguem se adequar a seus padrões.

A estrutura desenvolvida por Negri e por Hardt pode ser aplicada ao feminismo. Nesse caso, a identidade é até mesmo mais ambígua em relação a uma eficácia para a teoria e o ativismo feministas. Sem dúvida, ela é um poderoso apelo para aqueles que estão na condição de excluídos, sempre lembrando que, apesar da referência “excluídos”, eles estão completamente inseridos na estrutura do poder, pois são ininterruptamente produzidos por ele. A identidade ajuda a perceber que existem grupos que estão sobrepostos aos demais, no caso em exame, os homens em relação às mulheres. Os subjugados se reconhecem como tais e fazem da identificação entre eles estruturada pelo poder um mecanismo de união para promover um engajamento na luta pela liberação daquela categoria.

Apesar dessa utilidade primária, após enfrentar o segundo capítulo da dissertação, não há como negar que a promoção da identidade no feminismo, se por um lado foi um fator de união, por outro lado, gerou uma série de fragmentações no movimento, uma vez que ao se estabelecer uma arborescência, um modelo de mulher a partir do qual as lutas seriam originadas, as demais, que não se adequavam ao modelo, sentiam necessidade de criar uma luta própria a partir daquilo que as identificava, ou então, simplesmente não aderiam ao feminismo por uma completa ausência de identificação com a causa das burguesas, brancas, heterossexuais, que em parte atendiam ao perfil da Mulher. Em parte porque elas foram muito atreladas à luta pela conquista do espaço público e pela autonomia financeira, bem como pelo direito à educação, não corroborando com o papel tradicional da mulher, destinada à casa e à família.

O feminismo é permeado com as mais diversas correntes, entre elas: o feminismo de classe, o homossexual, o maternal, o de raça, etc. Aqui o “etc” caracteriza a insuficiência tratada por Butler dessas correntes em incluir todas as formas de lutas possíveis que podem ser fundadas no feminismo, uma vez constatada a heterogeneidade que atinge, no caso, a categoria Mulher, mostrando que, apesar do trabalho desenvolvido pelo poder, ele não consegue dar um caráter homogêneo a ela. Por esse motivo, a autora desestrutura o conceito de mulher, não para simplesmente deslegitimá-lo, mas para defender a sua maleabilidade, mostrando que é possível que ele seja aberto para recepcionar novas lutas, de acordo com as necessidades instauradas em cada época, sem que o único recurso seja a fragmentação do movimento, o que o levaria a um reforço cada vez maior

da estrutura de dominação pela identidade, na medida em que o feminismo sempre recorre a ela para tentar prosseguir com suas reivindicações.

Qual seria a outra proposta de luta? Como se daria a união de toda essa heterogeneidade em prol da constituição de um comum que não existe previamente? Judith Butler foi muito criticada no feminismo após o surgimento da teoria *Queer*. A principal questão que se levantava contra ela na época era o fato de haver uma dificuldade muito grande em se conceber uma espécie de luta nesse nível, sem que houvesse uma identidade por trás dando um suporte ao ativismo, criando um liame entre seus membros, já que essa categoria havia sido inviabilizada como fonte de sustento para os movimentos minoritários. Nesse sentido, é interessante retornar à concepção de comum da qual Negri e Hardt são herdeiros, bem como à relação entre multidão e singularidades, que podem ajudar a esclarecer a teoria de Butler, após tantas críticas no sentido de se constatar nela uma impossibilidade completa de reunião para a luta por conquista de direitos.

A multidão é heterogênea, é composta por diversas singularidades, por isso, tem diferenças internas. Tal fato não a impede de atuar em uma direção sem que perca sua característica híbrida nem ganhe um aspecto totalitário. Um bom exemplo dessa relação entre multidão e singularidades é o corpo humano, que foi trazido de Spinoza pelos autores Negri e Hardt. Outro exemplo é a análise do inconsciente, a partir da perspectiva de Deleuze e Guattari. A concepção de comum trabalhada pelos autores também auxilia nesse momento.

Conforme esclarecido em nota brevemente, o comum não é compreendido como aquilo que as singularidades possuem de forma idêntica e sim como a relação entre a parte e o todo. Os corpos são singulares e o que há de comum entre eles é a manifestação do todo. Por isso, ele está presente nas partes e no todo, porém, ele não é idêntico entre as partes. Essa espécie de vínculo poderia ser cogitada para a teoria de Butler, demonstrando que, além de não haver uma necessidade de um apelo à identidade para a ação conjunta, também não é necessário o receio em relação à ação da multidão.

Além disso, é importante lembrar que há uma troca entre a produção do comum e a produção das subjetividades. Um interfere no outro, estabelecendo, assim, novas formas de cooperação, que dão origem a uma nova subjetividade. É nessa reprodução constante dos corpos que a inovação pode acontecer, que os atos performativos podem ser exercidos não somente de forma a demonstrar que a

realidade não é fixa e sim produzida e, por isso, passível de alteração. Porém, esse tipo de concepção ainda não encontra muito espaço nas teorias feministas. A “identidade fluida” extraída da teoria de Butler, que irá se transformar de acordo com as necessidades das lutas, permite tal avanço. Inicialmente, porque não deve ser entendida propriamente como uma identidade, mas sim como uma manifestação da multidão. Com isso, alcança-se uma nova forma de mobilização, que por si só já é revolucionária, a partir não mais de interesses individualistas ou objetivos de ganhos diretos, mas sim da concepção de comum.

Em relação ao ativismo, caberia até mesmo uma pesquisa com o objetivo de perceber quais são as principais estratégias de luta utilizadas por ele nesse momento para ampliar o rol de direitos da mulher, apesar da expressão não muito adequada nesse momento. Além disso, seria também interessante realizar uma investigação sobre as exposições de motivos de legislações acerca do tema, com o intuito de perceber quais são os discursos que geram essas legislações, e o possível reflexo da incongruência e o descabimento do apelo à identidade para que o processo liberatório da mulher prossiga.

O fato é que, se o objetivo é provocar uma grande mobilização em torno de questões já muito saturadas no feminismo, mas que ainda são temas em nossa sociedade, como a descriminalização do aborto, para citar um exemplo, a identidade não teve força suficiente para realizar tal empreitada. Talvez a fluidez do conceito de mulher defendido por Butler, bem como o reconhecimento da heterogeneidade da multidão, força que impulsiona o poder constituinte e, portanto, os processos revolucionários, sejam contribuições indispensáveis para os movimentos de minorias, em especial o feminismo, começarem a permitir uma real ampliação em seus acessos, ao mesmo tempo em que os problemas tratados anteriormente como próprios de uma determinada categoria passem a ser assumidos por aqueles que, a princípio, seriam externos a ela, mas que compõem a multidão.

Dessa forma, as conexões entre os movimentos não seriam apenas mais facilitadas, mas sim fundamentais. Na verdade, isso articularia uma união entre eles, sem uma uniformidade. Mais do que isso, pode-se retomar a articulação feita por Negri entre resistência, insurreição e poder constituinte. Enquanto esses movimentos atuam na esfera da resistência, estágio no qual muitos se encontram, eles se ocupam das questões do cotidiano, conseqüentemente, de forma dispersa.

O momento da insurreição é posterior à resistência, podendo ser alcançado através da presente proposta, pois a insurreição concentra as diversas formas de resistência em um único feixe, que irá atravessar as barreiras sociais, desembocando no poder constituinte e em toda a sua inovação.

Questões como aborto, a ligação entre a licença maternidade e a identidade Mulher/Mãe biológica, a existência de uma licença atrelada ao parto e não à maternidade/paternidade, a própria associação entre mulher e maternidade, violência contra a mulher, violência contra homossexuais, a diferença salarial existente entre os sexos, a discriminação de raça/cor, etc, novamente apropriando-se do “etc” de Butler, tão arraigadas e naturalizadas em nossa sociedade, deixariam de ser lutas de pequenos ou grandes grupos e seriam encaradas pelo(s) seu(s) único(s) e verdadeiro(s) titular(es): a multidão.